

PARLAMENTO EMILIE: CIDADANIA JOVEM, ATIVA E COLABORATIVA

MENNUZZI, Marcelo Botelho Gonçalves Arruda¹

RESUMO

O artigo descreve o trabalho colaborativo de alunos do oitavo ano na elaboração e defesa de projetos de lei em um parlamento jovem, sob a mediação dos professores e tutoria interdisciplinar. A atividade foi estruturada para que os alunos, divididos em grupos, assumissem papéis específicos, desenvolvendo competências argumentativas e cidadãs. Os projetos abordaram temas como cidadania, saúde, educação, segurança, habitação e transporte, promovendo uma aprendizagem rica e interdisciplinar. A colaboração entre estudantes, mediada pelos professores, foi essencial para o sucesso da atividade, como mostra a análise qualitativa dos resultados. O trabalho em equipe permitiu a exploração de diferentes perspectivas e o desenvolvimento de habilidades críticas e comunicativas. Segundo Zabala (1998, p.213), “a prática educativa deve estar centrada em como ensinar para que se alcance a aprendizagem significativa”, evidenciado na dinâmica do parlamento. A opção por apresentações ao vivo, sem ensaios prévios, para os pais tornou a experiência autêntica e desafiadora, aumentando o engajamento e a responsabilidade dos alunos. Gillies (2007, p. 48) afirma que “o aprendizado cooperativo não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas também desenvolve habilidades sociais e de comunicação”, o que foi confirmado no contexto estudado. Slavin (2014, p. 35) destaca que “alunos em grupos cooperativos frequentemente alcançam melhores resultados e desenvolvem maior autoestima”, evidenciando a eficácia da metodologia. O protagonismo dos alunos, conforme Freire (1970) e Rogers (1969), foi central na experiência, refletindo a educação como um processo emancipador e a liberdade de aprender. A mediação dos professores foi crucial, promovendo a interação social e o desenvolvimento cognitivo, conforme Vygotsky (1978).

Palavras-chave: interdisciplinaridade, trabalho colaborativo, autonomia.

Introdução

A educação moderna enfrenta o desafio de preparar os alunos para a cidadania ativa, desenvolvendo competências que vão além do conteúdo curricular tradicional. Nesse contexto, a utilização de metodologias ativas, como o trabalho colaborativo na elaboração de projetos de lei, surge como uma solução eficaz. O Parlamento Emilie é um projeto interdisciplinar que visa a mobilizar habilidades e competências na construção de

¹ Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Neuropsicopedagogo, especialista em Metodologias Ativas e Educação Bilíngue pelo Instituto Singularidades. Pós-graduado em Planejamento, Gestão e Educação Ambiental e graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de Santo Amaro. Professor do curso regular e bilíngue de Ciências da Natureza do Colégio Emilie de Villeneuve. E-mail: marcelo@mennuzzi.com

conhecimentos ligados às diversas esferas da sociedade, possibilitando ao aluno exercer diferentes papéis na elaboração de um Projeto de Lei (PL) fictício.

Experimentar o protagonismo permite aos alunos, em especial do oitavo ano do ensino fundamental (8EF), desenvolver habilidades argumentativas, comunicativas e cidadãs.

A mediação interdisciplinar dos professores nesse processo é, portanto, essencial. Ela possibilita criar e defender ideias de forma dinâmica, sem barreiras e sem a compartimentalização do conhecimento, gerando um impacto positivo na aprendizagem significativa e no protagonismo estudantil.

Estrutura e desenvolvimento da atividade

A atividade, desenvolvida há anos no Colégio Emilie de Villeneuve, é uma proposta interdisciplinar do 8EF que envolve a construção de conceitos ao longo do primeiro semestre, para que sejam aplicados de forma prática no segundo semestre.

Em 2023, foi estruturada para que os alunos de cada sala trabalhassem em grupos com o objetivo de escrever um único Projeto De Lei sobre um determinado tema, assumindo papéis específicos, como redatores, oradores e analistas. Essa divisão permitiu que cada aluno explorasse suas habilidades individuais enquanto contribuía para o objetivo coletivo.

Esse Projeto de Lei, escrito a muitas mãos, propunha melhorias em algum dos campos que formam uma sociedade, tais como transporte, educação, meio ambiente, mobilidade, inclusão social, educação em sexualidade e sustentabilidade.

As melhorias, no entanto, eram fictícias e obrigatoriamente polêmicas, abrindo espaço para muita pesquisa, exposição de ideias e debate.

Cada sala foi inicialmente dividida em dois grupos, de acordo com a numeração da chamada. Os números pares deveriam ser a favor da implantação do Projeto de Lei, enquanto os números ímpares deveriam ser contra.

Individualmente, os alunos buscaram informações (dados matemáticos, científicos, históricos, geográficos, religiosos, artísticos) relacionadas ao tema central de cada sala e realizaram um fichamento dessas informações, com a elaboração de gráficos matemáticos e com um olhar especial para o lado que deveriam defender (a favor ou contra).

Feita a pesquisa inicial, os alunos foram divididos novamente, dessa vez em quartetos. Cada quarteto, formado por dois alunos do grupo “a favor” e dois alunos do grupo “contra”, ficou responsável por escrever um artigo completo do Projeto de Lei, utilizando-se

do fichamento, seguindo as orientações e sob a mediação dos professores, com base em um modelo (anexo 1) e a muitas mãos.

A estrutura do artigo foi ensinada pelos professores e a organização das informações foi trabalhada visando à escrita dele pelos alunos.

Essa escrita baseou-se na pesquisa sobre aspectos positivos e negativos (a favor e contra) do tema central da sala e na divisão em quartetos, a qual definiu os papéis a serem desempenhados pelos alunos no debate, a saber:

- Deputados: Redação do Artigo 1º - Definição e Objetivos.
- Jornalistas: Redação do Artigo 2º - Tecnologias que serão utilizadas.
- Representantes da Sociedade Civil: Redação do Artigo 3º - Participação da Comunidade e Inclusão Social.
- Representantes de uma ONG e manifestantes populares: Redação do Artigo 4º - Impacto Ambiental/Social e Monitoramento.
- Empresários: Redação do Artigo 5º - Incentivos Fiscais e Financeiros.
- Presidente e secretário da mesa: Redação da Justificativa do Projeto de Lei.

Ao final da escrita, revisão dos professores, reescrita e digitação dos artigos em ambiente virtual, os alunos foram reorganizados em dois grandes grupos, “a favor” e “contra”, contando, agora, com estudantes especialistas em cada artigo do Projeto de Lei. Esse documento foi lido e socializado (em cada série, anexos 2, 3, 4, 5 e 6) para a elaboração dos argumentos de defesa e ataque, para a apresentação e o debate ao vivo, parte do Espaço Científico-Cultural.

Os temas trabalhados possibilitaram uma abordagem interdisciplinar e conectada às múltiplas realidades sociais. Como observado por Zabala (1998, p. 213), “a prática educativa deve estar centrada em como ensinar para que se alcance a aprendizagem significativa”. Essa perspectiva ficou evidente no âmbito do Parlamento Emilie, no qual os alunos relacionaram múltiplas teorias interdisciplinares às práticas sociais.

A mediação dos professores foi essencial para o sucesso da dinâmica. Tendo como base as ideias de Vygotsky (1978), os educadores atuaram como facilitadores do processo, promovendo interações que impulsionaram o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. O trabalho em grupo permitiu a exploração de diferentes perspectivas, ampliando a compreensão dos temas abordados e fortalecendo as habilidades comunicativas. Segundo Gillies (2007, p. 48), “o aprendizado cooperativo não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas também desenvolve habilidades sociais e de comunicação”, como constatado

nesta experiência.

Protagonismo e educação emancipadora

O Parlamento Emilie evidenciou o protagonismo como elemento central. Inspirados pelas ideias de Freire (1970) e Rogers (1969), os professores incentivaram os alunos a assumirem o controle da própria aprendizagem, criando soluções para problemas reais. Essa abordagem reflete a educação como um processo libertador e transformador, no qual o aprender e o criar são profundamente valorizados pelos próprios alunos. Esse protagonismo também reforçou a responsabilidade dos estudantes, especialmente durante as apresentações ao vivo para os pais, que, sem ensaios prévios, trouxeram autenticidade e desafio à atividade.

O fazer pedagógico no Colégio Emilie de Villeneuve é pautado em uma concepção mais profunda de formação humana, considerando a pessoa como “um ser pluridimensional, bio- psico-existencial-social-religioso inserido num complexo de relações comunicativas mediante diversas linguagens”, com responsabilidade social e comprometido com o que pode oferecer à história de seu tempo (Colégio Emilie de Villeneuve, 2024, p. 23-24).

Slavin (2014, p. 35) destaca que “alunos em grupos cooperativos frequentemente alcançam melhores resultados e desenvolvem maior autoestima”. A colaboração entre os pares gerou um ambiente de aprendizagem rico e dinâmico, consolidando os conhecimentos construídos na defesa pública, com estímulo à autoconfiança e à oratória dos estudantes.

Com muito diálogo, respeito e escuta atenta, a apresentação dos projetos seguiu os moldes de uma sessão tal qual as que acontecem na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), um dos locais visitados no estudo do meio, no qual puderam entrevistar um deputado e conhecer um pouco da dinâmica e do cotidiano do poder legislativo.

Análise dos resultados

A avaliação qualitativa dos resultados revelou que a metodologia utilizada favoreceu significativamente o desenvolvimento de competências críticas e comunicativas. A interação social promovida pelo trabalho em equipe permitiu aos alunos compreenderem melhor a complexidade dos problemas discutidos, além de proporem soluções fundamentadas.

A experiência também demonstrou a importância de criar espaços para o exercício da cidadania na escola. A possibilidade de discutir e propor soluções para temas relevantes incentivou o engajamento dos alunos, alinhando-se às perspectivas de aprendizagem significativa e cooperativa. Como afirma Zabala (1998), educar vai além de transmitir

conteúdos. É preciso criar condições para que os alunos sejam agentes ativos em sua formação.

Conclusão

O Parlamento Emilie mostrou-se uma experiência valiosa no processo educacional, integrando teoria e prática em um contexto colaborativo e interdisciplinar. A mediação dos professores, aliada à participação ativa dos alunos, reforçou a ideia de que a educação deve ser um processo dinâmico, significativo, transformador e libertador. A combinação de metodologias cooperativas, protagonismo estudantil e abordagem cidadã garantiu não apenas o sucesso da atividade, mas também contribuiu para a formação integral dos alunos.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de valorizar práticas pedagógicas inovadoras que preparem os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo, formando cidadãos conscientes, críticos, engajados, atuantes e transformadores.

Referências

- COLÉGIO EMILIE DE VILLENEUVE. Projeto Educativo 2024-2029. São Paulo, p. 23-24, 2024.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GILLIES, Robyn M. Cooperative learning: Integrating theory and practice. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.
- MORIN, E.; LOUIS LE MOIGNE, J. A inteligência da complexidade. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- ROGERS, Carl R. Freedom to learn: A view of what education might become. Columbus: Merrill Publishing, 1969.
- SLAVIN, Robert E. Cooperative learning: Theory, research, and practice. 2. ed. Boston: Allyn & Bacon, 2014.
- VYGOTSKY, Lev S. Mind in society: The development of higher psychological processes. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO 1

(MODELO) Projeto de Lei Nº _____

Dispõe sobre a implementação de uma Usina _____ na comunidade _____

O Parlamento Emilie decreta:

Artigo 1º: Definição e Objetivos

§1º - Fica estabelecida a criação da Usina _____, localizada na comunidade _____, do município de São Paulo.

I. A comunidade _____ localiza-se na região...

II. A área ocupada por essa comunidade equivale a (...)

III. A população estimada da comunidade é de (...)

§2º - O objetivo da implantação da referida usina _____ é prover energia elétrica de maneira eficiente, sustentável e acessível, suprimindo as necessidades energéticas da comunidade carente de _____, ao mesmo tempo em que se compromete a reduzir significativamente os impactos ambientais de sua instalação.

I. Entende-se por eficiente a usina que proverá _____ GWh, pois (...)

II. Entende-se por impacto ambiental (...)

III. A necessidade de geração energética estimada da usina, portanto, é de (...)

IV. A Usina não estará integrada ao Sistema Nacional, uma vez que a demanda energética da comunidade é considerada de grande porte.

Artigo 2º: Tecnologias que serão utilizadas na operação da Usina

§1º - A usina _____ utilizará tecnologias avançadas de geração e aproveitamento de energia _____ priorizando o uso de fontes renováveis, como _____ (...)

I. Entende-se por fonte renovável toda aquela que (...)

§2º - Será implementado um sistema de captura e armazenamento de gases de efeito estufa, visando à redução das emissões atmosféricas e ao combate às mudanças climáticas.

§3º - O projeto incluirá a utilização de sistemas de cogeração, permitindo a produção simultânea de ___ e eletricidade, otimizando a eficiência energética.

Artigo 3º: Impacto Ambiental e Monitoramento

§1º - Será realizada uma avaliação de impacto ambiental (AIA) abrangente antes da instalação da usina, incluindo consulta pública e participação ativa da comunidade, visando identificar e mitigar possíveis riscos e impactos ambientais.

I. Para a realização dessa avaliação, será contratada a empresa _____, cuja atuação no m

II. O custo de tal avaliação será deduzido de impostos (...)

§2º - Será estabelecido um programa contínuo de monitoramento ambiental, com relatórios regulares disponibilizados para a comunidade e autoridades competentes.

I. Os relatórios serão mensais e estarão disponíveis no site (...)

Artigo 4º: Participação da Comunidade e Inclusão Social

§1º - A implementação da Usina _____ envolverá a capacitação e contratação de mão de obra local, promovendo a geração de empregos e o desenvolvimento econômico da comunidade.

I. Serão contratados homens e mulheres, com idade igual ou superior a (...)

II. O regime de contratação será _____, com carteira assinada (...)

§2º - Será criado um fundo de investimento social destinado a projetos comunitários, como educação, saúde e capacitação profissional, financiado a partir de parte dos lucros da usina.

§3º - As famílias cujas residências precisem ser demolidas em razão da construção da Usina serão realocadas em áreas...

I. O alojamento _____ será construído na região de (...)

II. O alojamento contará com _____ blocos de _____ apartamentos com área de (...)

Artigo 5º: Da cobrança pelos serviços

§1º - Pelos serviços prestados pela Usina _____ não serão cobrados valores da comunidade.

I. Todo o gasto energético da comunidade será pago pela iniciativa pública.

II. Os valores excedentes da geração de energia não serão direcionados para o sistema integrado.

Artigo 6º: Incentivos Fiscais e Financeiros

§1º - Serão realizadas audiências e licitações públicas para definição da empresa que operará a construção e operação da Usina _____.

I. A audiência ocorrerá nos dias (...)

II. As licitações acerca da construção ocorrerão (...)

§2º - Serão oferecidos incentivos fiscais e financeiros para empresas que investirem na pesquisa, desenvolvimento e implementação de tecnologias sustentáveis na usina termoeletrica.

I. Entende-se por incentivo fiscal a redução nos impostos (...)

§3º - O poder público poderá conceder linhas de crédito especiais para financiar o projeto e suas melhorias.

Justificativa: A presente proposta visa a solucionar a crescente demanda por energia elétrica na comunidade carente de _____, situada no município de São Paulo, considerando as preocupações ambientais e o bem-estar dos moradores. A instalação de uma usina _____ sustentável, utilizando tecnologias modernas e práticas ambientalmente responsáveis, contribuirá para a melhoria das condições de vida da comunidade, ao mesmo tempo em que minimizará os impactos negativos ao meio ambiente e ao sistema integrado, eliminando as ligações clandestinas que desestabilizam o sistema.

São Paulo, _____ de _____ de 2023.

ANEXO 2

Figura 1: Projeto do 8AEF



ANEXO 3

Figura 2: Projeto do 8BEF



ANEXO 4

Figura 3: Projeto do 8CEF



4 Figura 4: Projeto do 8DEF



ANEXO 5

Figura 5: Projeto do 8EEF

